

# DINÂMICAS TERRITORIAIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM SERGIPE

Rosemeri MELO e SOUZA<sup>1</sup>  
Julia Maria SANTANA<sup>2</sup>  
Marcleia Elias MOURA<sup>3</sup>  
Anizia Conceição OLIVEIRA<sup>4</sup>  
Elaine Christian BARBOSA<sup>5</sup>

## 1- INTRODUÇÃO

Esta Comunicação Coordenada tem por propósito articular aspectos da problemática ambiental em suas vinculações com a pesquisa geográfica, assumindo enquanto condição *sine qua non* a existência de inequívocas conexões teórico-metodológicas entre a análise das transformações espaciais e a problemática ambiental como foco dos trabalhos reunidos.

Neste artigo, a exemplo de pesquisas anteriores, exploramos a premissa de que as dinâmicas territoriais analisadas no espaço sergipano assentam-se sobre variadas práticas humanas de tomada de decisão e de exercício de poder engendradas por variados atores e segmentos sociais “sendo orientadas a partir de usos dos ecorecursos social e contraditoriamente estabelecidos ao longo do tempo e que tal processo compõe um repertório cultural – e político - de estratégias relativas aos usos sociais e às formas de gestão territorial dos recursos ambientais, tanto na esfera urbana quanto rural” (MELO e SOUZA, 2002).

Desse modo, a concepção de dinâmicas territoriais orientadora dos trabalhos integrantes desta comunicação coordenada estabelece a territorialidade como eixo analítico, na acepção de conferir à extensão do território apropriada e usada características de exclusividade, ou seja, *de pertencer àquilo que nos pertence* (SANTOS, 2001: 19).

Neste sentido ancestral, a territorialidade antecede e até mesmo prescinde da presença do Estado, sendo suportada pelas redes de identidades forjadas pelas relações gregárias constituintes de uma memória coletiva face ao manejo dos ecorecursos.

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente -PRODEMA/UFS - Campus Universitário, S/N, São Cristóvão-SE, Brasil. - E-mail:rome@ufs.br. Líder do Grupo de Pesquisa Geoecologia e Desenvolvimento Territorial Sustentável (GEODES) e Orientadora dos Trabalhos desta Comunicação Coordenada.

<sup>2</sup> Estudantes de Graduação em Geografia e Pós-Graduação e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado), membros do Grupo GEODES/UFS.

<sup>3</sup> et al. Estudantes de Graduação em Geografia e Pós-Graduação e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado), membros do Grupo GEODES/UFS. Bolsista do CNPq

<sup>4</sup> et al. Estudantes de Graduação em Geografia e Pós-Graduação e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado), membros do Grupo GEODES/UFS. Bolsista do CNPq

<sup>5</sup> et al. Estudantes de Graduação em Geografia e Pós-Graduação e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado), membros do Grupo GEODES/UFS.

(BEGOSSI, 1995; ADAMS, 2000).

Faz-se necessário esclarecer o alcance temporal das conceituações adotadas pelo fato de inserir-se no conjunto dos estudos desenvolvidos uma avaliação do entrecruzamento de processos biofísicos com ações antrópicas desenvolvida por OLIVEIRA e colaboradores.

Tal ancoragem analítica das dinâmicas territoriais sob o prisma das expressões espaciais da territorialidade remete-nos a Craig Calhoun (1994) para quem identidade e território entrelaçam-se em um processo simultâneo de formulação pessoal engendrado em conjunto com os padrões do grupo social ao qual o indivíduo encontra-se vinculado, fazendo com que ambos – ser e grupo – interpenetrem-se de modo dinâmico e contínuo, o que garante, simultaneamente, a coesão intra-psíquica e grupal norteadora dos processos de apropriação e recriação de relações territoriais.

Por outro lado, faz-se necessário relacionar a verificação das dinâmicas territoriais presentes nos estudos aqui enfocados à contribuição da idéia de sustentabilidade, sobretudo na dimensão ambiental (SACHS, 2000) no sentido de que esta possa fornecer uma ampliação compreensiva dos desdobramentos da problemática ambiental no processo de transformações do espaço. Essa perspectiva teórica, por seu turno, encontra respaldo nas considerações explicitadas por SANTOS (2000) para o qual não existe a questão da natureza dissociada das suas formas de apropriação pelo homem.

Nesse contexto, discutir o papel e as limitações da idéia de sustentabilidade ambiental em seus desdobramentos em termos de dinâmicas territoriais em Sergipe constitui o objetivo central deste trabalho visando contribuir para reorientação das matrizes analíticas da ciência geográfica, em seu atual estágio no Brasil.

Por conseguinte, tal objetivo procura reconstituir, a partir dos estudos parciais apresentados de forma interligada, uma trama de significações das dinâmicas territoriais em curso em Sergipe à luz de uma visão mais integradora no contexto do entrecruzar das relações sociedade-natureza orientando-se por uma busca de reencontro com as ciências sociais sem, contudo, abrir mão da riqueza da matriz analítica das ciências da terra peculiar à Geografia na compreensão da problemática ambiental no contexto das transformações espaciais.

Assim, a própria noção de sustentabilidade está intrinsecamente ligada à idéia-motriz de apropriação pelos grupos sociais, haja vista todo recurso ser considerado em termos de seu potencial econômico-ecológico em função das formas de apropriação engendradas ao longo das lutas pelo controle das formas de uso dos mesmos.

Essas formas de uso podem ser estabelecidas segundo a capacidade de suportar agressões por parte dos sistemas ambientais assim como das populações envolvidas no

manejo dos recursos existentes. Portanto, na perspectiva deste estudo, o conceito de sustentabilidade ambiental refere-se à manutenção da capacidade de sustentação e auto-regulação dos sistemas ambientais, o que implica na capacidade de absorção e de recomposição dos ecossistemas face às agressões assim como das comunidades humanas frente a agentes e processos de caráter desagregador. (Fontes, 2001).

Em outras palavras, o potencial ecológico-econômico dos ecorecursos pode ser explorado de modo sustentável a depender das opções político-ideológicas dominantes em cada grupo em ação no território em dada conjuntura, ação esta que remete, forçosamente, à consideração dos níveis concreto e simbólico de suas configurações territoriais.

Para Attfield (1999), “compreende-se por sustentável o tipo de uso do patrimônio ambiental tendo em vista a preservação dos recursos existentes para uso futuro e garantia de obtenção de níveis de bem-estar entre gerações”.

Portanto, a concepção de sustentabilidade defendida neste trabalho assenta-se na idéia de que é o ambiente entendido na sua totalidade o principal sujeito a ser preservado e a consequência dessa ação refletirá em tudo que estiver interligado e usufruir dele.

A capacidade de resistir às agressões e de engendrar respostas adaptativas tanto de cunho biofísico de parte dos sistemas ambientais como culturais da parte dos grupos sociais, denominada resiliência e comporta uma componente biofísica e também cultural. MELO E SOUZA (2003) define a resiliência cultural como sendo aquela construída pelas mediações históricas e sócio-espaciais entre o saber e o saber-fazer das comunidades.

Esses dois aspectos da resiliência consistem em momentos dinâmicos, mas se redefinem cada vez que o homem inova e renova sua territorialidade, através de um repertório de estratégias adaptativas que logram uma duradoura coexistência com o meio ambiente expressa pelos estudos de caso integrantes desse trabalho a partir dos quais evidenciaremos as tramas da sustentabilidade ambiental, nos termos conceituais estabelecidos, existentes no contexto das dinâmicas territoriais enfocadas no espaço sergipano.

A primeira análise a ser resgatada neste trabalho consiste na participação de Anizia Conceição OLIVEIRA e colaboradores, relacionada à proposição de geoindicadores para análise da vulnerabilidade de dunas costeiras.

## **2 - VULNERABILIDADE BIOFÍSICA DUNAR E SEUS GEOINDICADORES**

A vulnerabilidade é referida como uma característica dos sistemas biofísicos, dos sistemas ecológicos, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos e define-se em relação a

um fenômeno específico, ou a um conjunto de fenômenos, ou em função de uma situação de dependência. (DOW, 1992).

No tocante aos sistemas ambientais dunares, o desenvolvimento econômico, ao intensificar o processo de retirada dos bens naturais compromete não só a qualidade ambiental como também o próprio desenvolvimento pela reposição ao meio ambiente dos resquícios advindos da utilização não sustentável, os quais geram inúmeros custos sociais, custos estes que precisam ser urgentemente contidos.

Os sistemas biofísicos tratados como bens naturais de uso restrito às necessidades humanas são vistos como conjunto de recursos, cujo valor relaciona-se apenas ao grau de utilidade, percepção de “necessidades”, em um mundo cada vez mais incorporado ao sistema de mercado (MELO e SOUZA e OLIVEIRA, 2004).

Nessa perspectiva, como proposta do presente estudo, o estabelecimento de indicadores sobre os efeitos interativos da ação antrópica e da dinâmica costeira nas mudanças ambientais rápidas ocorridas em dunas costeiras de Sergipe releva a atual situação de vulnerabilidade biofísica em que se encontramos campos dunares sergipanos, destacando-se assim os mecanismos factíveis a um processo de gestão ambiental sustentável.

A avaliação de risco ambiental emerge enquanto processo de suma relevância a fim de orientar as medidas de controle a serem adotadas a partir do monitoramento adequado, bem como as ações de planejamento e de proteção legislativa visando conjugar o incremento da oferta de atrativos turísticos aliado à preservação destes ambientes dotados de significativas belezas cênicas.

Neste estudo, Oliveira e os demais autores apontam como principais agressões de cunho antrópico em Sergipe: o desmonte de dunas, a queimada da vegetação para a retirada das areias, realizada sem nenhuma intervenção por parte das instâncias ou órgãos governamentais, a atividade turística sem controle de acesso, a ocupação desordenada pela expansão dos loteamentos, o grande número de visitantes principalmente nos meses de verão, além da rede densa de caminhos de acesso à praia abertos de modo aleatório, expõem a necessidade de medidas específicas de conservação dos sistemas dunares ao indicar a situação de potencial risco a que tais ambientes estão sujeitos.

Dessa forma, destacam os autores, a dinâmica territorial de exploração desordenada prevalecente sobre a apreciação e a necessária conservação para uma maior eficácia em termos dos serviços ambientais oferecidos pelas dunas, além da descaracterização cênica, de considerável importância para a atividade turística denotam a necessidade de uma maior vigilância e controle em virtude da crescente ocupação e pressão humana, sob pena de

comprometimento irreversível da sustentabilidade desses sistemas ambientais e a conseqüente perda de possibilidades de conciliação de usos com um turismo planejamento em função dos produtos do território.

A partir do método da lista de controle aplicado em três setores de dunas costeiras, destacam-se a elevada degradação pelo uso e a evidente ineficácia das medidas de proteção como principais responsáveis pela vulnerabilidade verificada no Litoral Centro e Sul de Sergipe.

Assim, os setores focalizados nas áreas de estudo referentes ao Litoral Centro e Sul apresentam tipos e intensidades de uso compatíveis com a necessidade de maior intervenção para a eficácia dos serviços ambientais atribuídos aos sistemas dunares costeiros, fato que se diferencia no Litoral Norte em virtude das condições de considerável estabilidade.

Entretanto, apesar da pequena situação de vulnerabilidade encontrada nos setores da porção Norte assiste-se a uma situação de alerta quanto às medidas de proteção recentes em que mesmo se tratando de uma reserva biológica (Santa Isabel) é evidenciada uma fragilidade na política ambiental em proteger as feições dunares dos crescentes mecanismos de pressão humana.

Admitindo-se que as potencialidades e as restrições do patrimônio ambiental deveriam orientar a consecução das políticas ambientais a longo prazo, haja vista evidenciar-se um nítido entrelaçamento entre poder local e mídia na definição de uma agenda reivindicatória em matéria de meio ambiente em Sergipe, o segundo trabalho integrante desta comunicação da autoria de Julia Maria SANTANA visa estabelecer os contornos territoriais assumidos por essa relação entre mídia e poder local na (des)mobilização da sociedade sergipana em termos de defesa do meio ambiente.

### **3 - TERRITORIALIDADE DOS CONFLITOS AMBIENTAIS EM SERGIPE**

A autora remete ao início da década de 1980, com o processo de abertura política brasileira, o começo das preocupações ambientalistas em Sergipe e também com a emergência do movimento ecológico como movimento social, tendo como marco a criação da primeira entidade de defesa ecológica em 1980, denominada ASPAN – Associação Sergipana de Proteção Ambiental.

SANTANA revela em seu estudo que é a mídia a grande responsável pela propagação da temática ambiental em Sergipe, ampliada no início da década de 1990 como reflexo da ECO-92, ressaltando seu carêtr induzido junto à população pela influência dos principais veículos de comunicação escrita, dominados respectivamente pelos grupos políticos hegemônicos no Estado nos últimos trinta anos. Destarte, a expressividade desta

problemática em Sergipe está intimamente ligada à veiculação de notícias de caráter ambiental pelos meios de comunicação sergipanos.

Assim, o trabalho verifica se a não abordagem de problemas ambientais em Sergipe decorre da relação de poder estabelecida entre a população sergipana e as classes políticas estaduais, estas últimas detentoras dos veículos sergipanos de comunicação escrita (jornais de circulação diária analisados entre 1993-2002), que escolhem o que, onde e como deve ser vista a questão ambiental demarcando deste modo uma estratégia de territorialização do conteúdo midiático.

Compreendendo o conceito de território a partir das relações de poder estabelecidas, SANTANA conclui que à medida que o poder simbólico exercido pela mídia contribui incisivamente à configuração de uma realidade que serve aos interesses dos grupos dominantes e a faz ser enxergada pela população de um único ponto de vista, ele passa a ser elemento de desarticulação do empoderamento local.

No contexto desse estudo, vale salientar a preocupação da autora com a relação entre mídia escrita e poder público na resolução dos conflitos ambientais engendrados como cenários de disputa de controle eleitoral dos atores territoriais, configurando-se a disputa entre mídia escrita e poder público como um campo simbólico no qual disputa-se a hegemonia da questão ambiental. Assim, ao estabelecer agendas de interesses territoriais discrepantes, tais agentes desvelam e inscrevem as marcas no território tendo o campo ambiental como foco de disputa.

A análise cartográfica meticulosa contida no trabalho de SANTANA evidencia que a capital sergipana, Aracaju, comporta, de modo preponderante, a veiculação de matérias ambientais assim como denúncias impetradas junto ao Ministério Público Estadual, sendo o problema ambiental mais abordado a destinação final dos resíduos sólidos, alvo de intensas disputas entre os diversos representantes da cena político-partidária sergipana não apenas face ao acesso às verbas federais designadas à construção dos aterros sanitários como, sobremaneira ao desejo de alocar tais aterros fora de suas municipalidades visando evitar os desgastes resultantes da implantação em áreas próximas a assentamentos humanos e a perda em épocas de “colheita” eleitoral.

A dinâmica territorial à qual o trabalho de SANTANA conferiu visibilidade, evidencia um embate político entre a prefeitura municipal de Aracaju (administração petista) e grupos políticos mantenedores dos jornais pesquisados (elites conservadoras de orientação centro-direitista). Isto demonstra que a redução da problemática ambiental a efeitos localizados torna-se sobremaneira, objeto de culpabilidade do poder público seguindo a lógica da conveniência política, que se intensifica principalmente nos períodos eleitorais.

Ainda enfatiza a autora que a consecução da territorialidade dos conflitos ambientais em Sergipe se efetua quando os grupos políticos sergipanos, através dos recortes promovidos pela mídia, passam a se apropriar do território de uma forma individualizada, o que parece reproduzir uma sensação de pontualidade e desconexão dos problemas, processo esse impeditivo da mobilização da cidadania em termos de reivindicações por mecanismos mais participativos de gestão ambiental desses conflitos, portanto, na contramão da retórica da sustentabilidade utilizada por vários desses políticos - de todas as tendências partidárias - em seus discursos eleitorais - daí resultando uma atomização do poder local conforme expressa pela figura 1.

Essa atomização, que corresponde à desagregação do senso coletivo, seria a responsável pela perda da capacidade do indivíduo enxergar os problemas ambientais que estão à sua volta ou passar a ver apenas os problemas que são postos pela mídia, numa contraposição clara à perspectiva de entrelaçamento entre política e espaço público. Portanto, a territorialidade produzida a partir do enfoque midiático seria responsável, entre outros fatores, por minar as possibilidades do homem-cidadão erigir-se enquanto ser político na defesa da sustentabilidade ambiental do território (ARENDRT apud MELO e SOUZA, 2003).

#### FIGURA 1

#### ATOMIZAÇÃO DO PODER LOCAL



Fonte: SANTANA, 2005.

Esse processo de desarticulação das instâncias coletivas em termos de reivindicações em prol da resolução dos conflitos ambientais leva-nos a refletir sobre a especificidade que a problemática ambiental assume na configuração espacial dos assentamentos rurais de reforma agrária, tema do terceiro trabalho integrante desta comunicação, da autoria de Elaine Christian BARBOSA e colaboradores.

Refletir sobre a configuração territorial da problemática ambiental no contexto dos assentamentos rurais de reforma agrária implica explicitar configuração territorial nos termos estabelecidos por Coraggio (apud MOREIRA, 1988, p. 172): “conjunto de cristalizações materiais no espaço ligadas à produção, circulação e ao consumo vinculadas a determinado modo de produção da vida social”.

Sob esse prisma conceitual, o trabalho a seguir analisa a reorganização do espaço rural diante das formas organizativas da produção e das alterações ambientais desencadeadas desse processo em um assentamento rural de reforma agrária situado no sertão sergipano, zona das maiores pressões relacionadas à luta pela terra em Sergipe. Vale ressaltar que este estudo apresenta os resultados parciais de um estudo mais abrangente envolvendo assentamentos rurais no espaço sergipano.

#### **4 - REORGANIZAÇÃO AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO CURRALINHO/SE**

Salientam os autores do trabalho que a reforma agrária começa a se apresentar hoje como uma luta pela transformação da própria sociedade brasileira para um outro sistema, onde o trabalhador não só trabalhe, mas também se aproprie dos frutos do seu trabalho e tenha uma melhor qualidade de vida, onde é primordial sua boa relação com a natureza, pois através da história, a agricultura sempre esteve presente na vida do homem que, por sua vez, sempre esteve na dependência dos elementos naturais.

A origem da necessidade de se discutir o padrão organizativo da configuração espacial dos assentamentos de reforma agrária em Sergipe encontra sua origem nas formas seculares de estabelecimentos da exploração dos recursos ambientais pelas famílias assentadas, pois, quando ocorre a territorialização da luta pela terra (assentamento), ocorre também a ocupação de uma área que algumas vezes pode ser uma área rica em fauna e flora, pois a urbanização sem controle, o impacto do povoamento e a expansão agropecuária são forças antrópicas que causam a diminuição da biodiversidade. Espaços antes das florestas e matas dão lugar a pastos e áreas cultiváveis (Fernandes, 2001).

Outro ponto a ser salientado sobre a agricultura convencional é que os solos arados pelos métodos convencionais liberam carbono para a atmosfera devido ao aquecimento da superfície da terra provocado pela exposição à radiação solar. Daí conclui-se que a aração dos solos influi no chamado “efeito estufa”. O material erodido é carregado para os corpos d’água superficiais e subterrâneos, provocando o assoreamento de rios, várzeas e de represas, diminuindo a disponibilidade de água para os agroecossistemas e até mesmo para o consumo humano.

Após analisar detalhadamente as formas de uso dos ecorecursos e de uma caracterização socioeconômica das 50 famílias assentadas em Curralinho, o trabalho



ressalta que devido às formas organizativas de produção, onde os recursos naturais são explorados de forma irracional, há uma necessidade de se repensar essa exploração, tendo em vista a limitação dos recursos ambientais (água, solo e flora principalmente) e a necessidade de se produzir alimentos para abastecer o mercado consumidor, buscando reorganizar o espaço produtivo do assentamento em questão, orientado pela perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

As 50 famílias assentadas tiveram que enfrentar, e ainda hoje enfrentam, dificuldades ambientais, tais como: a) a qualidade do solo, do ponto de vista da sua fertilidade; b) as secas e estiagens; c) insuficiente organização da produção e de assistência técnica; d) precária acessibilidade a crédito e a inserção no mercado (distribuição dos produtos produzidos).

Tais dificuldades apontam para as tramas de uma dinâmica territorial ainda subordinada não mais apenas ao desafio de possuir a terra mas de engendrar, de forma coletiva no caso estudado, mecanismos propiciadores de tornar o assentamento viável em termos econômicos e ecológicos para que seja assegurado o desenvolvimento durável dessa forma organizativa no meio rural e a justiça social representada pelo cumprimento da função social da terra seja enfim tornado efetivo.

Nesse sentido, salientamos que a sustentabilidade ambiental configurada pelo conjunto de processos que assegurem um acesso a ser construído coletivamente e segundo as potencialidades ecodinâmicas dos recursos ambientais existentes – e bastante degradados, em alguns casos - corresponde a uma condição imprescindível ao êxito da luta pela terra para quem nela vive e trabalha, ou seja, para o aperfeiçoamento da dinâmica territorial que envolve a sustentabilidade ambiental nos assentamentos rurais de reforma agrária de modo a transformar os impactos ambientais – hoje em sua maioria negativos – em futuras formas de manejo e acesso sustentáveis para o sucesso organizativo dessas configurações espaciais.

A especificidade das desigualdades territoriais tendo como referência a problemática ambiental nas áreas urbanas de Sergipe é o foco do quarto e último trabalho desta comunicação coordenada cujo objetivo consiste em verificar, através de indicadores socioambientais, quais são as condições mais favoráveis à sustentabilidade ambiental em cidades sergipanas. Neste estudo, suas autoras analisam dados referentes a dois espaços urbanos regionais, a saber: a zona Norte da capital, Aracaju, bem como a Nossa Senhora da Glória, centro regional de segundo nível situado no semi-árido sergipano.

## **5 – DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE URBANA**

O interesse na elaboração e seleção de indicadores surgiu como forma de melhor compreender a cidade através da desagregação territorial, elucidando o uso de indicadores como instrumentos de gestão no direcionamento de políticas públicas.

Destacam as autoras que as condições ambientais do meio urbano exigem tomadas de decisões urgentes, no sentido de definir a sustentabilidade ambiental desses meios, com o objetivo de orientar as decisões de definição de tipos de uso e ocupação considerando os limites sustentáveis.

O uso de indicadores é uma metodologia apontada para a avaliação do comportamento ambiental, bem como instrumento de gestão ambiental. Os indicadores de qualidade ambiental urbana podem se transformar em instrumentos de análises urbanas. Para tanto, necessitam ampliar seu potencial de informação e orientação. Isso pode ser atingido com a estruturação de uma série significativa de indicadores, os quais deveriam ser aplicados em diversas realidades urbanas (VERNIER, 1994).

Os indicadores propostos para o desenvolvimento desse estudo são apresnetdos no quadro a seguir:

QUADRO 1 - Classificação dos Indicadores Segundo o Modelo

Pressão – Estado - Resposta (P.E.R)

TEMA	INDICADORES		
	PRESSÃO	ESTADO	RESPOSTA
Indicadores Socioambientais	- Resíduos sólidos - Saneamento	-Infra-estrutura e bem estar coletivo -Cobertura vegetal	-Saúde pública -Educação -Habitação -Trabalho e renda

Fonte: Moura, Santos, Jesus, Melo e Souza, 2004.

O modelo conceitual de enquadramento dos indicadores é o mais amplamente utilizado em estudos internacionais desde sua adoção por organismos das Nações Unidas na década de 90, proporcionando uma visão sintética dos fatores estruturantes das desigualdades territoriais abordadas até o presente momento nesse estudo.

Para as autoras do trabalho, o Estado desempenha um papel primordial na construção e organização do espaço urbano, constituindo-se um mediador dos diversos interesses e conflitos presentes nas cidades e, na maioria das vezes, se dispõe a defender os grandes grupos econômicos no que concerne à apropriação, uso do solo e na instalação de infraestrutura.

A respeito dos principais resultados obtidos até o preparo desta comunicação, cabe destacar que, na análise de Moura, Santos e Jesus, as populações segregadas, residentes

nas periferias da capital sergipana assim como nas cidades pouco estruturadas do semi-árido sergipano partilham apenas dos resíduos da urbanização, morando em situação precária, sem condições de suprir suas necessidades básicas, na ausência do fornecimento adequado de água, luz, esgotamento sanitário e transporte coletivo, sem acesso à saúde e à educação.

Com relação aos resultados obtidos para a Zona Norte da capital – Aracaju – denota-se forte correlação positiva entre nível de renda familiar e dificuldades de acesso aos itens de infra-estrutura e bem-estar coletivo, situação similar à detectada pela análise dos respectivos indicadores para a área urbana de Nossa Senhora da Glória.

Essa correlação entre renda familiar e dificuldades de atendimento de demandas básicas da população, notadamente sobre as condições de habitabilidade pode ser melhor compreendida quando complementada com a constatação da precariedade das vias de acesso existentes tanto nos bairros periféricos da capital quanto nos arredores e zonas de expansão das duas áreas urbanas (Aracaju e Glória), haja vista o acesso diferenciado à pavimentação e à rede de esgotos consistir numa constante realidade presenciada nos bairros da Zona Norte de Aracaju e nas áreas de expansão urbana de Glória.

Tal fato evidencia as precárias condições de urbanização e de disponibilidade de infra-estrutura urbana, ressaltando a prevalência de uma dinâmica de urbanização desigual que afeta significativamente as condições de vida nas áreas periféricas, tanto da capital quanto das urbes de menor porte do interior do Estado.

Cerca de 10% dos domicílios situados na zona norte da capital e 20% dos domicílios de Nossa Senhora da Glória ainda encontram nas fontes, cacimbas e nos poços suas principais fontes de acesso à água, obtida, nesses casos, em condições longe daquelas mínimas de potabilidade necessárias à saúde.

À medida em que a cidade cresce encontra barreiras de ordem ambiental. Áreas inadequadas vão sendo ocupadas pela população carente, o que acarreta o comprometimento dos recursos ambientais, havendo assim, prejuízo para a sociedade como um todo, especialmente para aqueles que são “obrigados” a conviver dia-a-dia em situação precária. A insuficiência da rede de coletores de esgotos em algumas regiões resulta no despejo de esgoto a céu aberto, em ligações clandestinas na rede pluvial e no lançamento de esgotos *in natura* nos córregos e rios.

Outra informação relevante diz respeito à coleta de lixo, que na Zona Norte atende 94,70% dos domicílios particulares permanentes (segundo dados da Prefeitura Municipal), embora alguns bairros sofram maior carência desse serviço em caráter regular (duas a três vezes por semana).

Nessas localidades, os resíduos sólidos são depositados em terrenos, em rios, queimados ou enterrados, o que acarreta diversos problemas para a população e grandes danos ambientais. A deposição irregular de lixo geralmente é feita em valas a céu aberto, no caso de Glória, situadas às margens de uma rodovia de acesso à cidade. Em ambas cidades inexistem aterros sanitários para a disposição final adequada dos resíduos sólidos.

O lixo enterrado contamina o lençol freático; quando é queimado, alguns materiais liberam gases tóxicos prejudiciais à saúde e poluentes para atmosfera, afetando assim a qualidade de vida da população e comprometendo os recursos naturais para as gerações futuras.

No tocante aos indicadores sociais clássicos, caso da oferta educacional, o ponto de estrangulamento revela-se no caso de Aracaju, ainda a ampliação dos anos de escolaridade básica (ensino fundamental), posto os dados apontarem que 65% dos habitantes possuem entre 04 e 07 anos de escolaridade, ou seja, a primeira etapa da educação básica.

Em Nossa Senhora da Glória os dados evidenciam situação ainda mais grave no tocante aos anos de escolaridade, reduzida para 02 a 03 anos em 78% dos domicílios. Vale ressaltar que, a despeito dos avanços recentes em matéria de universalização do acesso ao ensino fundamental para os jovens em idade escolar o que está posto em discussão pela análise deste indicador incide sobre o problema das reduzidas chances de acesso a ocupações mais qualificadas por parte de segmentos populacionais com escolaridade tão reduzida e considerados fora de faixa escolar. No caso específico de Glória, com apenas um estabelecimento de ensino médio também ficam comprometidas as oportunidades de acesso a essa etapa final da educação básica, fato este que pode ser inferido como um dos estimuladores dos altos índices de jovens desocupados (sem trabalho nem estudo) que cada vez com maior frequência se envolvem em grupos marginais, aumentando as ocorrências de desordens e da violência registradas na esfera da segurança pública, segundo depoimentos de moradores.

Ainda em relação aos aspectos educacionais em Glória, apesar das vagas terem na rede pública estadual terem aumentado em 39% de 2000 a 2003, observa-se que a demanda é crescente e não há o atendimento necessário para os alunos que deixam o ensino fundamental. Deve-se destacar que a cidade de Nossa Senhora da Glória/SE, como um centro regional, atrai estudantes de outros municípios.

Por conseguinte, a ausência ou atraso na formação de crianças e jovens acarreta em danos para sua iniciação profissional, que nos dias atuais exige sempre uma maior escolarização e qualificação. Uma população sem instrução, não consegue exercer sua cidadania, provocando maiores pressões sociais e ambientais.

No tocante à arborização urbana, o trabalho de campo possibilitou a visualização, nas duas áreas urbanas, de um grande problema: a falta de arborização no perímetro urbano.

Isso tem se acentuado, principalmente por conta das recentes medidas de impermeabilização de áreas anteriormente verdes com a construção de quadras esportivas e equipamentos similares onde havia árvores.

Se, por um lado, isso representa uma ampliação dos espaços públicos de lazer, por outro lado, significa uma perda do efeito de amenização térmica antes oferecido pela cobertura arbórea existente em tais espaços, resultando em marcante desconforto térmico relatado por moradores durante os trabalhos de campo. Esse problema afeta significativamente o bem-estar da população, comprometendo a qualidade ambiental urbana em ambas as áreas estudadas.

Concluem as autoras do estudo que, num processo de urbanização desigual, os problemas ambientais abordados afetam também desigualmente, confirmando as características de exclusão e inclusão quanto à infra-estrutura urbana, negando o direito que toda a população tem de atendimento às suas necessidades básicas para a garantia da qualidade de vida, o que reforça a atual dinâmica territorial de (in)sustentabilidade das condições de vida nas cidades brasileiras.

## **6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Além de salientar o distanciamento entre a retórica oficial e as realidades vivenciadas em termos das dinâmicas territoriais e a sustentabilidade ambiental no espaço sergipano, quer seja no agro ou no urbano, quer do ponto de vista da vulnerabilidade dos sistemas ambientais quanto dos mecanismos de promoção da cidadania pela conquista do espaço ambientalmente equilibrado e socialmente justo, o conjunto das contribuições aqui contextualizadas pretende inserir-se na luta mais ampla pela (re)construção de práticas cidadãs a partir do (des)vendamento das transformações espaciais imbricadas no seio da denominada problemática ambiental.

Outra importância dos estudos aqui apresentados revela-se num maior conhecimento dessas desigualdades territoriais por parte da sociedade civil possibilitando o desenvolvimento de ações em busca da cidadania e da justiça social, cuja abrangência remeta à promoção da sustentabilidade ambiental no marco das políticas públicas com incidência sobre os territórios em sua diversidade e complexidade.

Constitui anseio primordial dos autores que o ambiental, nos termos abordados nestes estudos, inscreva-se em um campo emancipatório de lutas sociais e que tais trabalhos contribuam ao despontar de outra natureza de transformações espaciais, por sua vez influenciadora do redimensionamento das configurações territoriais aqui estudadas,

colaborando para a ampliação de outras experiências orientadas pelas mesmas preocupações que as perpassadas nos trabalhos ora apresentados.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina. *Caiçaras na Mata Atlântica*. São Paulo, Annablume, 2000.
- ATTFIELD, Robin. Sustainable Development. In: **On Ethics of the Global Environment**. Edinburgh University Press, 1999.
- BEGOSSI, Alpina. “Cultural and ecological resilience among caiçaras of the Atlantic Forest and caboclos of the Amazon”. In F. BERKES and C. FOLKE. **Linking social and ecological systems for resilience and sustainability**. Estocolmo. The Beijer International Institute of Ecological Economics, 1995.
- CALHOUN, C. **Social Theory and the Politics of Identity**. Oxford, Blackwell, 1994.
- DOW, K. “Exploring differences in our common future(s): the meaning of vulnerability to global environmental change”. *Geoforum*, 23(3), p. 417-436.1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. Ed. Cortez, São Paulo, 2001
- FONTES, L. C. S. **Evolução Recente do Canal do Baixo São Francisco e os Impactos da construção de Barragens à montante**. (Dissertação de Mestrado). Aracaju, PRODEMA/UFS, 2001
- MELO e SOUZA, R. O papel da territorialidade na gestão dos ecorecursos em comunidades pesqueiras de Alagoas. **Mesa redonda realizada no II Seminário Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Brasília, UnB/CDS, 2002. (CD-ROM).
- \_\_\_\_\_. **Redes e Tramas – Identidade Cultural e Gestão Ambiental na APA de Piaçabuçu, Alagoas**. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasília, 2003. (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, A. C. C. Contribuição dos Geindicadores de Vulnerabilidade Biofísica Dunar ao Planejamento Territorial da Zona Costeira. I: **Revista Ciências Ambientais e Desenvolvimento**, 1(1), pp. 62-73. Disponível em [www.ciamde.ufs.br](http://www.ciamde.ufs.br). Acessado em 10 de novembro de 2004.
- MOREIRA, R. (org.). **Geografia Teoria e Crítica**. Petrópolis, Vozes, 1988.
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro, Record, 2000
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil - Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- VERNIER, Jacques. **O Meio Ambiente** Tradução: Mariana Appenzeller. Campinas, Papirus, 1994.